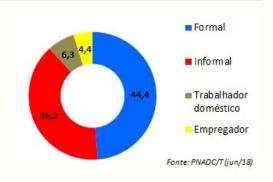




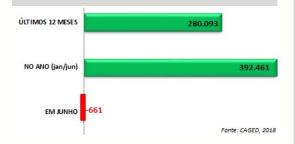
BOLETIM DO EMPREGO

Edição nº 3 Junho

SITUAÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS (EM MILHÕES)



EMPREGOS CRIADOS



RENDIMENTO MÉDIO



TAXA DE DESEMPREGO EM JUNHO 12,4%

EMPREGO - BALANÇO DO SEMESTRE

O mês de junho registrou o pior desempenho do ano de 2018, com menos 661 postos de trabalho. Somente dois setores fecharam o mês com criação de postos de trabalho: Agropecuária (+40 mil), Serviços de Utilidade Pública (+1 mil) e Serviços (+589).



No acumulado do primeiro semestre, o setor de Serviços é o que mais emprega. Foram 279 mil postos de trabalho adicionais, tendo como destaque: Com. e Adm de imoveis + 86.870 vagas e Ensino (+73.579 vagas). A Indústria aparece na sequencia com 75 mil novos postos de trabalho, sendo na Indústria Farmacêutica (+19.436 vagas) e Indústria da Borracha e Fumo (+17.209 vagas).



EMPREGO E GÊNERO

Mulheres seguem com menor participação no Mercado de Trabalho, ocupando 45% dos postos ofertados no semestre. São mais contratadas quando têm ensino superior, para postos de trabalho em geral, independente do requisito de escolaridade universitária: das pessoas com ensino superior contratadas no semestre, 71% eram mulheres.

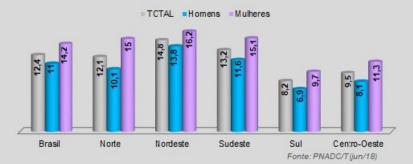
SALDO DE MOVIMENTAÇÃO POR ESCOLARIDADE E GÉNERO (jan/jun 2018) Grau Instrução Masculino Total Feminin 550 Analfabeto -4.785Até 5ª Incompleto -10.009 -9.195 -4.422 5ª Completo Fundamental -2.439 -6.861

6º a 9º Fundamental 1.643 -4.512-2.869Fundamental Completo -3.344 -17.564 20.908 Médio Incompleto 13.432 -6.7606.672 Médio Completo 212.175 53.900 266.075 Superior Incompleto 11.229 15.194 26.423 39.617 Superior Completo 98.292 137,909 Total 254 986 137,475 392 461

Fonte: CAGED, 2018

A taxa de desemprego das mulheres em junho foi 14,2%, comparativamente à taxa geral de 12,4%.

Taxa (%) de desemprego por gênero e região - 2º trimestre







PAUTA DE GÊNERO DA UGT

Trabalhadoras e trabalhadores da UGT estiveram presentes em Evento de Formação Sindical organizado pelas Secretarias de Formação e da Mulher, para debater a situação de gênero e raça, com o objetivo de ter uma pauta unificada para as eleições de 2018. Complementando a Agenda Prioritária da Classe Trabalhadora, lançada em maio com vistas às próximas eleições, a pauta da UGT vai direto às questões que impactam de forma agressiva a vida das mulheres, das pessoas negras e da comunidade LGBTI+, com propostas claras e objetivas aos candidatos nas eleições de 2018 para enfrentamento da discriminação e da violência assustadoramente crescente sobre esta que é a maioria da população brasileira.

O assassinato de jovens e jovens de raça negra, já vem sendo denunciado como extermínio!

AGENDA PARA AS ELEIÇÕES 2018 -EXIJA COMPROMISSO DO SEU CANDIDATO

- Creches e educação infantil pública em tempo integral;
- Responsabilidade Compartilhada -Ratificação da Convenção 156 que está em tramitação no Congresso;
- Licença maternidade/paternidade paritária;
- Políticas públicas, programas e medidas de prevenção à violência de gênero, juventude e raça, LGBTI+ (delegacias especializadas, abrigos temporários, Delegacias 24 horas, p.ex);
- Políticas de implementação de medidas legais para eliminar a desigualdade salarial das mulheres e, em especial da população negra (homens e mulheres);
- Efetivar as políticas afirmativas incluindo cota de 50% na contratação de pessoas negras e jovens, nas regras de financiamento com recursos do FAT (RES CODEFAT 746/2015);
- Descriminalização do aborto.

REFORMA TRABALHISTA - DIMINUIÇÃO DE ACORDOS E CONVENÇÕES

Dados do Ministério do Trabalho, consolidados pela FIPE, indicam uma queda significativa na quantidade de acordos e convenções concluídas e protocoladas no sistema mediador do Ministério entre os primeiros semestres de 2017 e de 2018. A redução é de 39,6% menos contratos coletivos em 2018:

Instrumentos Coletivos incluídos no sistema mediador do Ministério do Trabalho

Instrumento	jan/jun 2017	jan/jun 2018	Redução(%)
Acordos	11.462	7.563	34,0
Convenções	1.680	920	45,2
TOTAL	13.142	8.483	39,6

Fonte: Salariômetro, Fipe (jun/18)

A insegurança jurídica, dada a amplitude da reforma com muitos pontos ainda em questionamento no STF, dificultam as negociações tanto do lado dos trabalhadores quanto dos empregadores.

As empresas apresentam pautas propondo introduzir novas regras da reforma trabalhista que flexibilizam direitos ou alteram a forma de contratos, que não têm sido aceitas pelos sindicatos, segundo Clemente Ganz, diretor técnico do DIEESE, o que estaria alongando os processos de negociação. Já Helio Zylberstain, professor da USP e da FIPE, considera que a inflação baixa faz com que os trabalhadores rejeitem aumentos que não passam de 2% e atribui, ainda, a inclusão pelos sindicatos de cláusulas para custeio das entidades sindicais, como um aspecto rejeitado pelas empresas e que retarda as negociações.

Por outro lado, os estudos da FIPE/Salariômetro indicam que mais de 84.6% dos reajustes salariais no primeiro semestre de 2018 foram acima da inflação (INPC), enquanto que em 2017 este percentual foi de 79,1%.

O LOBBY EM AÇÃO

Pesquisa publicada em Julho pelo Estadão, "Os Donos do Congresso", sobre os fortes lobbies que atuam na casa, ajudam a entender a aprovação de benefícios a setores e leis que afetam a vida dos brasileiros e que não necessariamente atendem seus interesses. Já é bem conhecida a atuação do lobby do agronegócio, ao qual a pesquisa junta o que designou como lobby da bancada evangélica, que mais do que dobrou nas duas últimas legislaturas, e se organiza para aprovar ou barrar projetos segundo seus valores religiosos.

Dois outros fortes lobbies observados foram o que designaram como o "lobby d

Dois outros fortes lobbies observados foram o que designaram como o "lobby da bala" e o dos servidores públicos. Na "bala" atuam grupos de pressão como empresas de armas, clube de atiradores e pessoal de segurança, na defesa de projetos sobre justiça criminal. Já o lobby dos servidores públicos foi considerado pela pesquisa o mais forte do Congresso, atuando sobre uma bancada de 132 deputados e muita penetração na casa. Segundo a pesquisa, 6 em cada 10 parlamentares da Câmara já intercederam pela categoria e, a esse lobby é atribuída, nas análises da pesquisa, a não aprovação da reforma da previdência. Em um exemplo de força o agronegócio derrubou, recentemente, o veto presidencial ao perdão de R\$ 17,5 bilhões em dívidas de produtores agrícolas. Na mesma época, o governo baixou procedimentos de registro que, sem aviso prévio, suspenderão benefícios de idosos carentes e pessoas com deficiência.

Milhões de trabalhadores foram duramente afetados pela rápida aprovação de uma reforma trabalhista que flexibiliza direitos e precariza o trabalho nas empresas. FALTOU O LOBBY DOS TRABALHADORES!!

Clique e leia pesquisa completa no site do Estadão.